

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

A/C Secretaria de Licitações e Contratos

Antônio da Silva Júnior

Secretário de Licitações e Contratos

NOTIFICANTE:

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS - **SEAC/MG**

NOTIFICADO:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO – **TRT/3ª REGIÃO**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS - SEAC/MG**, inscrito no CNPJ sob o nº 16.844.557.0001.49,
com sede na Rua Uberlândia, nº 877, bairro Carlos Prates, Belo Horizonte (MG), CEP:
30.710.230, através de seu representante legal, apresenta a presente **NOTIFICAÇÃO
EXTRAJUDICIAL** pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

A entidade sindical **NOTIFICANTE**, que representa a categoria econômica e
profissional de asseio, conservação e outros serviços terceirizáveis de **natureza
continuada**, no âmbito de sua base territorial, encontra-se na contingência de
NOTIFICAR este órgão quanto à indispensabilidade de se **observar**, nas contratações
de serviços continuados e, em especial, no **PROCESSO Nº e-PAD
35.898/2019/SEAA**, deflagrado por este órgão e que tem por objeto a **contratação de
pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação,
copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da
3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo**

de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs), nos termos do Edital e seus anexos, a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o SEAC/MG e as entidades sindicais laborais, eis que algumas empresas, certamente com o indisfarçável intuito de obterem vantagem indevida em procedimentos licitatórios, têm se utilizado de instrumentos coletivos firmados entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - **SINSERHT-MG** e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PESQUISAS, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, E CONGÊNERES DE MINAS GERAIS - **SINTAPPI-MG**, não obstante serem estes inaplicáveis, salvo em se tratando de contratação de **mão de obra temporária**, o que não é o presente caso.

Com efeito, **tais convenções coletivas de trabalho não se aplicam aos serviços terceirizáveis de natureza continuada**, ou seja, àqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Isto se deve ao fato de que, nos termos da legislação sindical, o **SINSERHT-MG** é o órgão de representação da categoria econômica das empresas de prestação de serviços em recursos humanos e trabalho temporário, ou seja, das empresas que, em Minas Gerais, se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE's, 781 / 782 e 783.

Ora, a representatividade daquela entidade está, portanto, expressamente **delimitada** às atividades econômicas relativas **à seleção e gerenciamento de mão de obra, locação de mão de obra temporária e fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros**, o que jamais poderá ser confundido com serviços continuados, cuja execução, conforme aponta a própria denominação, se opera sem solução de continuidade ao longo do tempo, e cuja representatividade, na esfera econômica (atividade empresarial), recai, em Minas Gerais, sobre o **SEAC-MG**, exceção feita ao município de Juiz de Fora.

Assim, somente os instrumentos de trabalho celebrados entre o **SEAC/MG** e **Sindicatos laborais que firmaram CCT com este**, devem ser observados em nossa base territorial em se tratando de atividades terceirizáveis executadas de forma continuada.

Vale destacar, outrossim, que, especialmente nos casos em que a atividade preponderante da empresa pode ser caracteriza como aquela que envolve a prestação de serviços terceirizáveis executados de forma continuada, mais ainda patente a ilegalidade aqui noticiada.

Como tem sido reiteradamente decidido pelo Judiciário, o **enquadramento sindical** dos empregadores observa a regra geral insculpida nos art. 511, § 1º, e art. 579, ambos da CLT, **se estabelecendo a partir da sua atividade econômica preponderante**, a qual, nos termos do art. 581, § 2º, da CLT, configura-se como aquela que predomina no exercício das funções, ou seja, a que caracteriza a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades converjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional.

Em outras palavras, comprovando-se que a empresa exerce preponderantemente atividades de asseio, conservação e outros serviços terceirizáveis, cujas funções encontram-se elencadas nas convenções coletivas de trabalho firmadas entre o SEAC/MG e o SINDEAC, fica evidente que o expediente utilizado por algumas empresas no sentido de lançar mão de outra convenção de trabalho, tem o único propósito de se auferir vantagem indevida, a partir da utilização de pisos salariais inferiores àqueles estipulados nos instrumentos coletivos celebrados entre o **SEAC/MG** e **Sindicatos laborais que firmaram CCT com este**.

Certo é que as atividades de faxina, portaria, recepção, dentre outras, exercidas de forma continuada, no âmbito das relações coletivas de trabalho, são regulamentadas exclusivamente pelos instrumentos normativos firmados pelo SEAC e pelo Sindicato laboral, **devendo portanto, a administração, enquanto contratante destes serviços, refutar toda e qualquer convenção coletiva de trabalho, especialmente para efeitos**

de cotação de salários e benefícios, que não aquelas ajustadas entre o NOTIFICANTE, sob pena de sujeitar-se, em sede judicial, à responsabilização subsidiária pelos eventuais inadimplementos das obrigações insertas em tais instrumentos de trabalho.

Como já decidido pelo e. Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 760.931, a administração responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas devidos aos empregados da empresa contratada quanto verificada sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos e na seleção das propostas.

Extrai-se do aludido acórdão que compete aos órgãos e entidades contratantes especial cautela na aferição das condições ofertadas pelo proponente, particularmente no que tange aos encargos trabalhistas e convencionais que recaem sobre a futura execução dos serviços, lhes sendo defeso transigir ou negligenciar no tocante à adequada aplicação dos pisos salariais e benefícios previstos para as categorias profissionais alocadas na execução das atividades contratadas.

Por oportuno, vale ressaltar que, no âmbito da Administração Pública e das unidades gestoras dos Poderes Judiciário e Legislativo, é inconteste o reconhecimento do NOTIFICANTE como entidade representativa das atividades de asseio, conservação e serviços terceirizáveis de índole continuada, o que pode ser facilmente demonstrado a partir dos editais de certames licitatórios por ele deflagrado, que se vinculam aos instrumentos coletivos de trabalho celebrados pelo Requerente.

Apenas a título de exemplo, a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS (Pregão Eletrônico nº 32/2019), a CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (Pregão Presencial nº 15/2019), o BANCO CENTRAL DO BRASIL (Pregão Eletrônico nº 89.523/2016), e a FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES – FUNARTE (Pregão Eletrônico nº 012/2018) determinam expressamente a estrita observância dos instrumentos coletivos de trabalho firmados pelo NOTIFICANTE quando da contratação de serviços terceirizados de natureza continuada.

Ademais, de extrema relevância, o fato de que o próprio MINISTÉRIO DA ECONOMIA, ao fixar os valores limites para contratação dos serviços continuados de asseio e conservação, o faz por meio de Estudo sobre a Composição dos Custos destes serviços, documento anualmente divulgado em seu Portal de Compras, de cunho vinculante e que apresenta a metodologia utilizada para determinação dos valores limites para a contratação dos serviços de limpeza e conservação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para cada Unidade da Federação.

Ao fazê-lo, o MINISTÉRIO DA ECONOMIA toma por base, exclusivamente, as Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo NOTIFICANTE e demais entidades que representam a categoria profissional em cada localidade do Estado de Minas Gerais.

É forçoso reconhecer, pois, que somente este fato é suficientemente capaz de atestar a incontroversa representatividade do NOTIFICANTE em se tratando das atividades mencionadas e a aplicabilidade indeclinável dos instrumentos coletivos de trabalho por ele celebrado, em se tratando da execução dos serviços terceirizáveis de natureza continuada, quando o próprio órgão regulamentador dos valores referenciais máximos no âmbito das licitações públicas assim o determina, repita-se, em caráter compulsório.

Por fim, transcrevemos parte da Portaria 444/TCU de 2018, que vai ao encontro da necessidade de estabelecer os parâmetros para as contratações.

Art. 9º A estimativa de preços para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra será elaborada com base em planilha analítica de composição de custos e formação de preços da mão de obra e de insumos e observará os seguintes critérios para obtenção dos valores de referência:

I - os salários dos empregados terceirizados serão fixados com base em acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo da categoria profissional pertinente ou em lei;

II - havendo mais de uma categoria em uma mesma contratação, os salários serão fixados com base no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou em lei, concernente a cada categoria profissional;

III - não havendo salário definido em acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou em lei, o salário deverá ser fixado com base em preços médios obtidos em pesquisa de mercado, em fontes especializadas, em empresas privadas do ramo pertinente ao objeto licitado ou em órgãos públicos e entidades;

De todo o exposto, serve a presente para prover a conservação e ressalva de seus direitos, pelo que a entidade sindical NOTIFICANTE requer que o NOTIFICADO abstenha-se de acolher em seus procedimentos licitatórios que tenham por objeto a contratação de serviços continuados, propostas que tomem por base salários e benefícios previstos em instrumentos coletivos de trabalho, que não aqueles celebrados entre SEAC/MG e o Sindicato laboral da categoria, desclassificando as ofertas incompatíveis com tais convenções, sob pena de se sujeitar às medidas cabíveis, dentre as quais ação de cumprimento de convenção coletiva e consequente responsabilização subsidiária pelos encargos trabalhistas e convencionais subtraídos do trabalhador em virtude da utilização de instrumento normativo indevido.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2020.



**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO
DE MINAS GERAIS – SEAC/MG**

Renato Fortuna Campos

Presidente